



Moção

Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao SNS Investir no Serviço Nacional de Saúde Garantir o direito à saúde no Algarve

A degradação do Serviço Nacional de Saúde, quer na região do Algarve, quer no País, é inseparável das opções de sucessivos governos de submissão ao défice das contas pública – que impede o investimento nos serviços públicos – e de favorecimento dos interesses dos grupos económicos privados que beneficiam do desvio de recursos do sector público para o sector privado.

Muitos são os exemplos que comprovam esta realidade no Algarve. A mais recente situação que confirma a ausência de respostas do Governo foi o encerramento da urgência de Ginecologia e Obstetrícia no Hospital de Portimão, que se junta aos encerramentos já verificados na urgência pediátrica no Hospital de Faro. Uma decisão que segundo o próprio Conselho de Administração do CHUA ocorreu "*devido à dificuldade em assegurar escalas na maternidade e no bloco de partos de Portimão*", ou seja, à ausência de médicos e de outros profissionais capazes de assegurar este serviço.

Esta situação, revela não só a ausência de medidas que garantam a atracção e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no SNS – como o PCP tem proposto designadamente durante a discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2022 - mas também, uma política que, de forma indirecta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com a falta de resposta do SNS.

Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso em situações de urgência pediátrica apenas em Portimão, ou de urgência de ginecologia e obstetrícia apenas em Faro, não são solução. As crianças e os pais algarvios precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência não se encontram encerradas, nem a saúde e a vida são postas em causa.

A CDU relembra que, infelizmente, a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve – desde os cuidados primários, passando pelos hospitais, aos cuidados continuados - é uma realidade que, pese embora as muitas promessas, não tem tido resposta. Por um lado, impede-se a devida valorização salarial e profissional dos trabalhadores da saúde

em nome da contenção da despesa pública, por outro, favorece-se a contratação de médicos “tarefeiros” - pagos à hora a empresas privadas que ficam com parte desse valor - e encaminham-se os doentes para os grupos privados de saúde, que são financiados com os recursos públicos retirados ao SNS. É este o esquema que está montado. É esta a principal causa porque faltam médicos e outros profissionais no SNS e que leva ao encerramento de serviços.

A CDU reafirma que a transformação do direito à saúde num negócio da doença, tornará a prestação de cuidados de saúde num privilégio de alguns, tal como acontecia antes da criação do SNS, ou seja, tal como acontecia antes do 25 de Abril.

Mas a saúde não é nem pode ser um negócio. Só o Serviço Nacional de Saúde, com a sua dimensão universal e tendencialmente gratuita, é que pode garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, independentemente dos seus rendimentos ou património. Só com medidas urgentes com vista a garantir a atracção e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras e remunerações é que será possível salvar o SNS e o direito à saúde, na região e no País.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lagoa, delibera:

- Exigir junto do Governo a urgente contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde necessários para assegurar o funcionamento dos hospitais algarvios e das diferentes unidades de cuidados primários de saúde de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos.
- Exigir junto do governo a criação das condições para atrair e fixar profissionais de saúde no SNS, designadamente com a valorização das carreiras e das profissões destes trabalhadores, incluindo com incentivos à fixação em zonas carenciadas e à exclusividade no SNS.
- Exigir a reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve.

CDU – Coligação Democrática Unitária
Assembleia Municipal de Lagoa
Nelson Fernandes



**ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE LAGOA**

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa – 29/06/2022

Moção

Grupo Municipal da CDU

Reverter o assalto que os grupos privados de saúde privados de saúde estão a fazer ao SNS

Investir no Serviço Nacional de Saúde

Garantir o direito à saúde no Algarve

Não Aprovada

